



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CEM 417 DE SANTA MARIA

Naaliere Cavalcante Melo

Professora-orientadora Mestre Olga Cristina Rocha de Freitas
Professor monitor-orientador Mestre Ricardo Gonçalves Pacheco

Brasília (DF), 26 de julho de 2014

Naaliere Cavalcante Melo

**A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CEM 417 DE SANTA MARIA**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Mestre Olga Cristina Rocha de Freitas e Professor Monitor-orientador Mestre Ricardo Gonçalves Pacheco

TERMO DE APROVAÇÃO

Naaliere Cavalcante Melo

A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO CEM 417 DE SANTA MARIA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profª.Mestre Olga Cristina Rocha de
Freitas

(Professora-orientadora)

Prof.Mestre Ricardo Gonçalves
Pacheco

(Monitor-orientador)

Prof. Mestre Antonio Alves Siqueira Júnior
(examinador externo)

Brasília, 26 de julho de 2014

Dedico este trabalho a minha esposa e a meu filho, que foram os grandes incentivadores para a conclusão de mais esta etapa na minha vida.

Agradeço primeiramente a Deus por ter concedido a mim a graça de finalizar este trabalho.

Agradeço à Universidade de Brasília e à Secretaria de Estado de Educação de Distrito Federal pela oportunidade e incentivo para a qualificação profissional.

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão desta pesquisa.

“... exercício da voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania, se acha em relação direta, necessária, com a prática educativoprogressista...”

(Freire, 2003, p. 73).

RESUMO

Esta pesquisa objetivou investigar como a atuação do conselho tem contribuído para garantir a implementação do Projeto Político Pedagógico no Centro de Ensino Médio 417 de Santa Maria. Para isso fez-se necessário realizar o levantamento de dados a partir da aplicação de um questionário aos membros do Conselho escolar atuante nesta escola. No referencial teórico, foi importante relacionar conceitos sobre Gestão democrática escolar, Instâncias Colegiadas e Conselho Escolar. A partir da discussão com os dados pesquisados e o referencial teórico constatando a atuação do Conselho em assuntos que tangem à implementação do Projeto Político Pedagógico da escola e também às questões sobre gestão democrática, como por exemplo, a participação da comunidade escolar na tomada de decisões e a autonomia do conselho escolar para discutir e decidir sobre as questões da escola.

Palavras-chave: Gestão democrática – Conselho Escolar – Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	9
1.1 Justificativa.....	12
1.2 Problema	13
1.3 Objetivo Geral	13
Objetivos Específicos	13
2. QUADRO TEÓRICO	14
2.1. Gestão Democrática Escolar	14
2.2. Projeto Político Pedagógico	17
2.3. Instâncias Colegiadas	21
2.3.1. Conselho Escolar	23
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	27
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
4.1 Caracterização do Conselho Escolar no CEM 417.....	29
4.2 O Conselho Escolar e a Gestão Democrática.....	32
4.3. O Conselho Escolar e a Tomada de Decisões.....	34
5 CONCLUSÃO	37
6. REFERÊNCIAS	39
7. APÊNDICE	42

1. INTRODUÇÃO

O Centro de ensino Médio 417 é uma instituição de ensino vinculada à Secretaria de Educação do Distrito Federal, com autonomia didático-pedagógica e disciplinar. O CEM 417 está domiciliado na LT A, Santa Maria, Distrito Federal, numa localidade cercada por atividades comerciais e por transportes coletivos para todas as regiões do Distrito Federal. A escola dispõe de 25 servidores pertencentes à Carreira Assistência, 61 professores concursados, 22 professores contratados por processo seletivo para Contrato Temporário, e um universo de 48 turmas, sendo: 18 no matutino com cerca de 700 alunos, 18 no vespertino com cerca de 500 alunos e 12 turmas noturnas com 300 alunos. A instituição possui laboratório de informática, quadra de esportes, ambiente socializados, no qual encontram-se jogos físicos para os alunos se entreterem e lanchonete. A direção é composta por um diretor, um vice-diretor, dois supervisores administrativos, um supervisor pedagógico e três coordenadores pedagógicos. O CEM 417 tem uma tradição de projetos pedagógicos extracurriculares envolvendo os estudantes em atividades-extraclasse. Desde 2004, no âmbito do programa Superação Jovem, do Instituto Ayrton Senna e da Fundação Atos Bulcão, tem-se em funcionamento os seguintes projetos: Rádio Corredor 41.7 (lazer dos estudantes); Tarja Negra (discutia questões ligadas à minoria negra); Doe Vida (doação de sangue para o Hemocentro de Brasília); Projeto Cruls (de História previa o estudo da expedição de Cruls); GEMPE (Grupos de Estudo e Monitorias Protagonizadas por Estudantes), Reciclagem (vinculado à associação de catadores de lixo da cidade), Plante uma Semente (arborização da escola); DivA (valorização do Eu e da Cidadania); e DivB (Reforço em Matemática e revisão de conteúdos do Ensino Fundamental). No decorrer do ano letivo, a escola realiza projetos culturais como por exemplo: Feira Literária, Semana da Consciência Negra e Jogos Interclasses, os quais são viáveis devido à significativa participação de toda comunidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico do CEM 417 foi elaborado seguindo as orientações emanadas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96; Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e Parâmetros Curriculares do Ensino Médio. Esta Proposta pedagógica foi elaborada no intuito de atender as

necessidades escolares do Centro de Ensino Médio 417 da cidade de Santa Maria do Distrito Federal e contou com uma participação ativa da comunidade escolar, a qual apresentou suas expectativas via instrumentos elaborados no âmbito da equipe de direção atual, anseios esses que direcionam as ações planejadas e aos trabalhos que deveriam ser desenvolvidos no ano de 2013.

No Projeto Político Pedagógico proposto não fica claro qual é a função do conselho escolar, pois não é apresentada nenhuma descrição deste órgão colegiado e suas atribuições, porém, na leitura que é feita no documento, a descrição apresentada de conselho de classe confunde-se com a de conselho escolar, como nos seguintes trechos retirados da proposta pedagógica do CEM 417:

O Conselho de Classe e a gestão escolar

O tipo de organização que mais se adequará às reuniões do Conselho de Classe será estruturado a partir da necessidade emergente da escola. Existem três tipos mais comuns de organização de Conselho de Classe nas escolas. São eles:

1.Participação de todos os professores de uma turma ou grupo de turmas e equipe técnica pedagógica

2.Participação de todos os professores de uma turma ou grupo de turmas, equipe técnica pedagógica, alunos das respectivas turmas, pode contar com a participação dos pais.

3.Participação de um professor, toda turma de alunos ou grupo de turmas de alunos.

O diretor deve possibilitar que estas reuniões sejam previstas no calendário do ano letivo da escola. Essa previsão facilita o processo de organização dos encontros, bem como a preparação dos professores.

O Conselho de Classe deve desempenhar um papel no sentido de mobilizar avaliação escolar na perspectiva de desenvolver um maior conhecimento sobre o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola. O gestor da unidade deve também ser alertado para o fato de que da mesma forma que o Conselho de classe pode se aproveitar de suas características constitutivas e ser capaz de direcionar um projeto

democrático de atuação pedagógica, pode retificar relações autoritárias e discriminatórias e hegemônicas na sociedade.

No que se refere à avaliação, deve haver um amplo processo de reflexão da prática pedagógica para que os educadores possam desenvolver um questionamento atento das condições de trabalho dos profissionais e da instância, das concepções de ensino e avaliação predominantes nas discussões e ainda nos sentidos e significados das avaliações. No Conselho de classe, discutem-se também as concepções de ensino e avaliação escolar presentes nas práticas dos professores e ainda a cultura escolar em geral e a cultura específica da escola que as vem produzindo. Nesse sentido, a importância do Conselho de classe e dos processos avaliativos da escola deriva de sua capacidade de alterar as relações da instituição, alterando-se, assim, a sua própria identidade. O que se busca, quando se discute a transformação da escola é um novo posicionamento diante do conhecimento produzido no decorrer dos processos de avaliação, de modo a ajudar o aluno a aprender mais, e o professor a ensinar mais. Busca-se um novo espaço escolar com “novas relações” estabelecidas entre os gestores, professores, alunos, e a comunidade em geral, que favoreçam um processo de formação, construído com base na interação e no diálogo entre os sujeitos e o processo de conhecimento escolar.

O Conselho de classe resgata o seu papel de dinamizador da Proposta Pedagógica da escola, sendo espaço privilegiado de produção de conhecimento da escola e sobre a escola.

Sendo o Conselho de classe uma instância integradora, pensar o seu papel diante de uma nova lógica, em que estejam presentes as atuais formas de organização social e ainda as atuais condições de trabalho na escola, leva ao repensar de uma nova relação que deve ser estabelecida entre os profissionais e o seu conteúdo de trabalho. Assim sendo, é possível afirmar que o Conselho de classe está de posse do processo de gestão político-pedagógico da escola, por meio de seu eixo central, que é a avaliação escolar, devendo, por isso, ser atentamente considerado na organização do plano de ação gestora de cada unidade escolar.

A existência do conselho escolar é mencionado no PPP do CEM 417, mas não aponta como é sua funcionalidade e afirma que tal conselho tem a mesma composição

do conselho de segurança escolar: Os membros do Conselho de Segurança Escolar são os mesmos que formam o Conselho Escolar acrescido dos Orientadores Educacionais e Representante do Batalhão Escolar. O Conselho de Segurança Escolar tem por objetivo estabelecer procedimentos em conjuntos a serem adotados nas atividades de segurança escolar.

1.2 – JUSTIFICATIVA

Uma vez constituído o Plano Político Pedagógico cabe a toda comunidade escolar lutar para que o que foi proposto neste documento seja realmente cumprido, para viabilizar uma educação de qualidade, portanto cabe às instâncias colegiadas se organizarem para fiscalizá-lo e quando necessário, redefinir práticas pedagógicas com o objetivo de superar a fragmentação do trabalho escolar e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente garantam a todos os alunos a aprendizagem.

O Conselho Escolar abrange toda a comunidade escolar e tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do projeto político-pedagógico da escola, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino. É a instância que cotidianamente coordena a gestão escolar, constituída por representantes de pais, professores, alunos, servidores da carreira assistência. O Conselho Escolar desta instituição escolar visa estabelecer dentro da legislação em vigor, condições e critérios que propiciem relações com a comunidade e com as ações por ele desenvolvidos. Tudo isso acontece com o objeto comum, que é a eficiência e qualidade do ensino. As atribuições do Conselho Escolar estão interligadas à participação do mesmo na vida da escola, a começar pela aprovação do plano anual, o acompanhamento e avaliação do desempenho da escola, na análise de projetos e na apreciação e aprovação do plano de prestação de contas, na supervisão da Cantina Escolar e aprovação do calendário escolar.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de se constatar como os representantes do Conselho Escolar atuam para a efetivação do Projeto Político Pedagógico no CEM 417 de Santa Maria, segundo as atribuições que lhes cabem.

1.2 – PROBLEMA

Considerando a importância do conselho escolar em contribuir para a criação de um novo cotidiano escolar no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento dos desafios escolares e na problemática da realidade brasileira, o problema que se constitui diante dessa situação é: A participação dos segmentos (pais, professores, alunos, servidores da carreira assistência) do Conselho Escolar tem sido eficaz para garantir a implementação do Projeto Político Pedagógico no CEM 417?

1.3 – OBJETIVO GERAL

- Analisar se a atuação do Conselho Escolar do CEM 417 tem sido eficaz para garantir a implementação do projeto político pedagógico.

Objetivos Específicos:

- Verificar se há e quais são os principais fatores que interferem na atuação representantes do Conselho Escolar.

- Fazer um levantamento das ações do conselho escolar em prol do cumprimento do Projeto Político Pedagógica da escola.

- Verificar se as decisões tomadas pelo Conselho Escolar contam de fato com a contribuição da comunidade escolar e se essas decisões são amplamente discutidas e divulgadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - Gestão Democrática Escolar

Gestão Democrática foi um dos princípios estabelecidos para a Educação Brasileira pela Constituição Federal/88 no artigo 214. E juntamente dos demais princípios: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade, foi regulamentada através de leis complementares, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9.394/96), Lei 4751/2012 do DF, e também pelo Plano Nacional de Educação (PNE – Lei n. 10.127, 09/01/ 2001).

Na CF no Cap. III que se intitula “Da Educação, da Cultura e do desporto” o Art. 206, VI afirma “gestão democrática do ensino público, na forma da lei; e ainda no item VII – “garantia de padrão de qualidade”.

A LDB/96, no Art. 3º, Item VIII reafirma tal idéia, utilizando os termos: “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. E os artigos 12 a 15 da mesma Lei reafirmam a autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares, a importância da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola, acentuando a importância da articulação com “as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (Art. 12, item VI).

E temos ainda, a lei número 4.751/2012, que trata do Sistema de Ensino e da gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, conforme disposto no art. 206, VI, da Constituição Federal, no art. 222 da Lei Orgânica do Distrito Federal e nos arts. 3º e 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Na referida lei observamos no capítulo I:

DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 2º A gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará os seguintes princípios:

I – participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;

II – respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

III – autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;

IV – transparência da gestão da Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;

V – garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;

VI – democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento;

VII – valorização do profissional da educação.

Mesmo apoiados pela legislação, sabemos que muito temos que avançar para conquistarmos uma sociedade realmente democrática. Prova disso é que vivemos em um país cuja opção de governo é a democracia, entretanto, em nossa realidade, encontramos muitas contradições que evidenciam o contrário.

Segundo Dalberio e Paroneto (2006), “a democracia escolar só se tornará efetiva a partir de um processo de gestão democrática”, entendida “como uma das formas de superação do caráter centralizador, hierárquico e autoritário que a escola vem assumindo ao longo dos anos...” (Antunes, 2002, p. 131), cujo objetivo maior é garantir a participação e a autonomia das escolas. Ainda, é importante acrescentar que a “gestão da escola não visa apenas à melhoria do gerenciamento da escola, visa também à melhoria da qualidade do ensino”. (Ibid, p. 134). Busca, sobretudo,

consolidar uma esfera pública de decisão no espaço educacional, construindo uma esfera pública de decisão, fortalecendo o controle social sobre o Estado, a fim de garantir que a escola pública atenda aos anseios e às necessidades da população a que se destina. Democracia implica, ainda, co-responsabilizar com os compromissos assumidos e, por isso, cabe-nos fiscalizar, acompanhar e avaliar as ações dos governantes, como também dos compromissos assumidos coletivamente. A importância da participação da comunidade para viabilizar a democracia no âmbito escolar é documentado no Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004: 25) , quando afirma que

“A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: municipal, distrital, estadual ou federal de cada escola.”

Dessa forma, a gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Nesse sentido, está posto no Plano Nacional de Educação que

“a gestão deve estar inserida no processo de relação da instituição educacional com a sociedade, de tal forma a possibilitar aos seus agentes a utilização de mecanismos de construção e de conquista da qualidade social na educação”.

A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos

na escola – diretor, professores, estudantes, coordenadores, técnico-administrativos, vigias, auxiliares de serviços – no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar.

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola. Nesse sentido, para a efetivação da gestão democrática na escola, devem ser observados os seguintes pontos básicos: os mecanismos de participação da comunidade escolar e a garantia de financiamento das escolas pelo poder público.

Para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar, crie um ambiente propício que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional. E um dos mecanismos para garantir a gestão democrática é prever a participação da comunidade na construção do Projeto Político Pedagógico da escola em suas respectivas Instâncias Colegiadas.

2.2 Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico - PPP é um instrumento deflagrado como proposta do poder público e de luta de educadores que visa direcionar e ajudar na resolução de situações-problemas que a escola enfrenta em seu cotidiano. Ao ser instituído na Lei 9394/96 o PPP é regulamentado como princípio de gestão democrática das escolas públicas e direcionamento da organização do trabalho no que diz respeito ao rumo e a construção identitária da escola enquanto espaço político e social, e que, ressalta em especial, a participação dos docentes no processo dessa implementação.

Para Galina (2007), a participação e transparência são princípios essenciais da gestão democrática. Segundo ela, todos os envolvidos no processo educacional – professores, pais, alunos e a comunidade representada pelas instâncias colegiadas - devem participar da gestão, assim como todas as ações e decisões tomadas devem ser de conhecimento de todos. Quanto ao Projeto Político Pedagógico, para que se possa falar em escola cidadã, autônoma e participativa, este deve ser construído coletivamente. Neste caso, a gestão democrática é responsável pela administração, elaboração e acompanhamento do projeto de educação, o qual, por sua vez, deve ser fundamentado em um paradigma de homem e de sociedade. No Projeto Político Pedagógico (2007), a gestão é entendida como um “fazer coletivo que leva em consideração a sociedade em que vivemos e suas constantes mudanças, às quais irão influenciar a qualidade e a finalidade da educação”. Acrescentam-se, ainda, como valores e princípios da gestão democrática: o aluno como sujeito do processo, o Conselho escolar como eixo do poder, a coerência entre o discurso e a prática e o compromisso com a defesa dos direitos humanos. O referido Projeto Político Pedagógico elenca alguns elementos essenciais à prática da gestão democrática:

Autonomia: luta para resgatar o papel e o lugar da escola como eixo do processo educativo autônomo, não sendo a escola uma mera reprodutora de ordens e decisões elaboradas fora de seu contexto.

Participação: a participação é condição para a gestão democrática: uma não existe sem a outra. Participar significa todos contribuírem, com igualdade de oportunidades, para algo que pertence a todos: a escola pública. A participação não diz respeito apenas à comunidade interna, mas também à comunidade externa à qual a escola serve.

Clima organizacional: determina a vontade dos membros de participar ou alienar-se do processo educativo. Isso depende muito das relações que se estabelecem no interior das escolas. Para que haja a participação, é fundamental que os objetivos das ações estejam sempre muito claros, que as pessoas sejam situadas como sujeitos, pois apenas sujeitos são cidadãos capazes de se comprometer e participar com autonomia. Alguns dos espaços que favorecem a participação coletiva são as

instâncias colegiadas, que, a partir da década de 80, passaram a ser priorizadas no discurso sobre gestão democrática.

Toda mudança que visa transformar para melhor, exige planejamento e ousadia. A escola, como um organismo vivo, é um projeto. Pro-jeto é projetar ações para realizar mudanças, visando instituir uma nova realidade. A escola com projeto é uma escola instituinte, em transformação e em construção permanente, vislumbrando sempre aprimoramento e desenvolvimento.

Assim, o Projeto Político Pedagógico orienta o processo de mudança, direcionando o futuro pela explicitação de princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e dar significado às atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Além do mais, a sua dimensão político-pedagógica pressupõe uma construção coletiva e participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares. Com isso, a gestão escolar dará maior consistência e qualidade ao Projeto Político Pedagógico se for, de fato, uma gestão democrática e autônoma. E a escola atual precisa conquistar e ampliar cada vez mais o seu nível de autonomia. A autonomia administrativa garante à escola a liberdade para elaborar e gerir os seus próprios planos, programas e projetos, considerando a sua realidade, o momento histórico e, principalmente, as suas necessidades.

Devemos lembrar que a gestão democrática não se resume em eleições ou escolha democrática do diretor escolar. É preciso muito mais do que isso. Nesse sentido, dentro da escola podemos criar conselhos ou grupos que ajudem na efetivação da democracia na escola. Tais instâncias colegiadas devem fazer parte do Projeto Político Pedagógico da escola, conhecer e construir a concepção educacional que orienta a prática pedagógica. Mas como se constrói uma escola verdadeiramente democrática e autônoma? Sabemos que numa escola democrática, torna-se pertinente “criar órgãos de gestão que garantam, por um lado, a representatividade e, por outro, a continuidade e conseqüentemente a legitimidade.” (Veiga e Resende, 2001, p. 115).

As instâncias colegiadas como espaços de participação a que nos referimos são: o Conselho Escolar, Conselho de classe, APMF – Associação de Pais, Mestres e

Funcionários e Grêmio Estudantil. O fato de a participação nos colegiados ser uma nova forma de gestão não significa que o diretor perderá seu caráter de autoridade responsável pela escola. Por meio dos colegiados, ele poderá contar com o apoio de outras pessoas envolvidas no processo educacional para conseguir implementar os projetos de melhoria na escola e no ensino.

Dessa forma, mais do que administrador preocupado em oferecer pessoas competentes para responder às exigências do mercado de trabalho, ele será um gestor preocupado com a formação do cidadão consciente, participativo. Deixará de exercer uma ação individual e passará a considerar o coletivo. Esse novo conceito de gestão, que abre espaço para que os colegiados - legítimos representantes da comunidade escolar - tomem parte nas decisões e na gestão da escola, não acontece de maneira simples e plenamente satisfatória. Ainda existem muitos obstáculos que se contrapõem à participação coletiva exigida na democracia. Paro (2005, p.19) afirma que “uma sociedade autoritária, com tradição autoritária, com organização autoritária e, não por acaso, articulados com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposta à democracia”.

Grande parte de nossas escolas se encontra sem projetos, sem planos, sem direcionamento e refém do imediatismo. Quando uma escola não tem projeto, ela se contenta em cumprir normas, ordens e a cuidar do disciplinamento. Porém, isso não garante uma formação cidadã para os alunos. Cabe então, uma discussão da importância do PPP para a construção da identidade da escola, bem como reconhecê-lo como espaço de democratização da gestão escolar e de participação ativa da comunidade escolar nesse processo.

Como bem define Vasconcellos (2004), o PPP é o plano global da instituição, um processo de planejamento participativo, nunca definitivo, que se aperfeiçoa no caminhar. Assim sendo, este se caracteriza como um tipo de ação educativa intencional, a partir de uma leitura da realidade, de projeção de finalidades e de um plano de ação que transforme a realidade existente. Se é por meio do PPP que as metas e ações vão transformar a realidade da escola, essa construção não pode prescindir da participação efetiva da comunidade escolar no seu processo de

construção. Portanto, cabe à gestão escolar criar formas para envolver e garantir a sua participação no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação.

2.3 Instâncias Colegiadas

Como dito anteriormente, as instâncias colegiadas são aquelas em que há representação diversas (direção, docentes, alunos, demais servidores, pais e comunidade) e as decisões são tomadas em grupo após terem sido feitas reuniões e debates, com o aproveitamento de experiências diferenciadas. Os Conselhos Escolares, por exemplo, contribuem para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento dos desafios escolares e na problemática da realidade em que a escola está inserida. São alguns exemplos de instâncias Colegiadas:

- **Conselho de Classe (Órgão de representação de professores)**

O conselho de classe é um dos mais importantes espaços escolares, pois, tendo em vista seus objetivos, segundo Dalben (2004), "é capaz de dinamizar o coletivo escolar pela via da gestão do processo de ensino, foco central do processo de escolarização. É o espaço prioritário da discussão pedagógica." De fato, segundo a autora, é mais do que uma reunião pedagógica; é parte integrante do processo de avaliação desenvolvido pela escola. É o momento privilegiado para redefinir práticas pedagógicas com o objetivo de superar a fragmentação do trabalho escolar e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente garantam a todos os alunos a aprendizagem.

Cumpra, portanto, a todos os profissionais da educação realizar enfrentamentos no sentido de superar a estrutura de conselho de classe autoritária, burocrática e excludente, que serve mais para legitimar o fracasso escolar do que para reorganizar o trabalho pedagógico e, mais especificamente, o trabalho educativo didático que se concretiza na relação aluno-professor.

Enfrentar esses limites significa ir para além da concepção do conselho de classe como uma forma de concessão de “chances” para os alunos ou de resolução de conflitos entre professor e aluno. Ou seja, o coletivo docente não pode se reunir apenas para dividir os problemas e para que obtenham a aprovação tácita do grupo sobre um processo avaliativo que prioriza a nota e não as reais possibilidades de evolução do aluno.

- **APMF (Associação de pais, mestres e funcionários)**

É de suma importância que pais, professores, funcionários e equipe diretiva, que compõem a diretoria da APMF, tenham consciência que toda e qualquer decisão tomada em reunião por esse colegiado deverá ser discutida e amplamente debatida, sejam questões de ordem pedagógica ou administrativa, pois essas decisões terão um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem dos nossos alunos.

- **Grêmio Estudantil (Órgão de representação dos estudantes da escola)**

É importante reconhecer que o grêmio estudantil é a instância colegiada e deliberativa, a partir da qual os estudantes se organizam de modo mais sistemático, considerando os fundamentos históricos e políticos da constituição do movimento estudantil e sua participação no processo de redemocratização do Brasil. Nosso trabalho consiste em afirmar a importância da formação dos representantes da e na comunidade escolar. Neste sentido, é fundamental que os alunos se apropriem, a partir de situações reais, do conceito de representação e do que significa representar seus pares em diferentes espaços, com vistas a assegurar a defesa dos interesses e das necessidades do segmento dos alunos.

- **Conselho Escolar (Órgão máximo da escola)**

O Conselho Escolar é responsável pela elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e pela tomada de decisões, pois possui caráter deliberativo. Suas reuniões devem ser periódicas e seu papel é de elaborar, normatizar, aconselhar e fiscalizar as ações da escola nos âmbitos pedagógico, administrativo e financeiro.

A organização do Conselho Escolar, de acordo com o artigo 14, inciso II da LDB 9.394/96, deve garantir a “participação das comunidades escolar e local em Conselhos

Escolares ou equivalentes”. É composto por cerca de trinta pessoas (no mínimo dez), sendo que destes 50% são pais e alunos e 50% são professores e funcionários.

2.4 Conselho Escolar

O conselho escolar é um órgão de representação da comunidade escolar. Trata-se de uma instância colegiada que deve ser composta por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e constitui-se num espaço de discussão de caráter consultivo e/ou deliberativo. Ele não deve ser o único órgão de representação, mas aquele que congrega as diversas representações para se constituir em instrumento que, por sua natureza, criará as condições para a instauração de processos mais democráticos dentro da escola. Portanto, o conselho escolar deve ser fruto de um processo coerente e efetivo de construção coletiva.

Segundo Araújo (2009:259), “com o processo de luta em defesa da gestão democrática da educação, ocorrido na década de 1980, o Conselho Escolar passou a ser visto como um lugar privilegiado de discussão, reflexão e deliberação das questões da escola. Ao lado da eleição para diretor, essa instância se constituiu como um canal importante de participação dos diferentes segmentos nos rumos da escola.”

O autor afirma que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 1996 – reforçou a necessidade de constituição dos conselhos nas escolas e no seu art. 14 estabeleceu que a gestão democrática da escola deve considerar o princípio da “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. (BRASIL, 1996).

A configuração do conselho escolar varia entre os estados, entre os municípios e até mesmo entre as escolas. Assim, a quantidade de representantes eleitos, na maioria das vezes, depende do tamanho da escola, do número de classes e de estudantes que ela possui.

O Conselho Escolar ou o Colegiado Escolar, segundo Veiga (2001, p. 115), “é concebido como local de debate e tomada de decisões.” E, como espaço de discussão,

de reflexão e de debate, favorece todos os segmentos presentes na escola – professores, funcionários, pais e alunos – a explicitação de seus interesses, suas crenças e reivindicações. É, então, um canal de participação e também instrumento de gestão da própria escola. Nesse sentido, o Conselho Escolar deve incentivar a comunicação ampla e a participação nas decisões sobre questões importantes e que estão interrelacionadas na escola, tais como currículo, qualidade de ensino, inclusão, sucesso escolar, dentre outros. Ressaltamos, ainda, a importância do Colegiado Escolar na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico – ao participar na sua elaboração, aprovação, acompanhamento e execução –, fazendo com que esse documento realmente seja significativo para a vida e o direcionamento dos rumos da escola.

A partir das orientações do Projeto Político Pedagógico da Secretaria de Educação do Estado do Distrito Federal (SEEDF), o Conselho Escolar abrange toda a comunidade escolar e tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do projeto político pedagógico da escola, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino. É a instância que cotidianamente coordena a gestão escolar, constituída por representantes de pais, professores, alunos, servidores da carreira assistência. O modelo de Conselho Escolar previsto no PPP da SEEDF visa estabelecer dentro da legislação em vigor, condições e critérios que propiciem relações com a comunidade e com as ações por ele desenvolvidos. Tudo isso acontece com o objeto comum, que é a eficiência e qualidade do ensino. As atribuições do Conselho Escolar estão interligadas à participação do mesmo na vida da escola, a começar pela aprovação do plano anual, o acompanhamento e avaliação do desempenho da escola, na análise de projetos e na apreciação e aprovação do plano de prestação de contas, na supervisão da Cantina Escolar e aprovação do calendário escolar.

Galina (2007) afirma que o Conselho Escolar é a instituição que coordena a gestão escolar, especialmente no que diz respeito ao estudo, planejamento e acompanhamento das principais ações no dia-a-dia da escola. É um espaço privilegiado para o exercício da vivência cidadã e apropriação de diferentes saberes

que favorecem a democracia. Em face do exposto, constata-se que o Conselho Escolar deve ser o grande aliado da direção na gestão da escola. No entanto, para que essa parceria realize um trabalho de acordo com o esperado e satisfaça a comunidade, é preciso que haja sintonia entre os parceiros e abertura por parte da direção para ouvir e aceitar a voz do conselho. É fundamental que se estabeleça uma relação de respeito pela opinião de uns e outros, cumplicidade nas tomadas de decisão e, principalmente, que todos tenham objetivos comuns. A participação do conselho deve se dar de forma autônoma, espontânea e consciente. Segundo Werle (2003, p.60):

[...] não existe um Conselho no vazio, ele é o que a comunidade escolar estabelecer, construir e operacionalizar. Cada conselho tem a face das relações que nele se estabelecem. Se forem relações de responsabilidade, de respeito, de construção, então, é assim que vão se constituir as funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras. Ao contrário, se forem relações distanciadas, burocráticas, permeadas de argumentos, tais como:” já terminou meu horário”, “ este é meu terceiro turno de trabalho”, “vamos terminar logo com isto”, “não tenho nada a ver com isto”, com que legitimidade o conselho vai deliberar ou fiscalizar?!

Conforme afirma Araújo (2009), “nas escolas em que de fato os Conselhos funcionam, eles têm servido como um mecanismo de partilha de poder, rompendo com a lógica autocrática que tem caracterizado historicamente a administração escolar.”

Assim, o Conselho pode ser concebido como uma forma de exercer a cidadania, em que por meio do debate, do poder de convencimento e da tomada de posição, os segmentos tornam-se sujeitos ativos que interferem na vida social da escola.

Segundo Araújo (2009) “os Conselhos devem ser compostos por representantes dos segmentos da escola democraticamente eleitos, tendo ele uma natureza essencialmente político-educativa, destacando-se as seguintes funções: Deliberativas, Consultivas, Fiscais e Mobilizadoras.” Portanto, o Conselho Escolar constitui-se como um importante instrumento para incentivar o exercício da cidadania no controle

social das atividades da escola, descentralizar o potencial decisivo para possibilitar maior distribuição do poder, bem como garantir o fortalecimento dos princípios democráticos por meio do convívio com a pluralidade que compõe o ambiente escolar.

A respeito da autonomia dos representantes do conselho escolar na participação e na tomada de decisões, Araújo (2009) defende que no conselho escolar

“deve ser assegurada a participação autônoma dos estudantes, cabendo aos professores e à gestão escolar respeitarem e discutirem os posicionamentos tomados por eles, mesmo que as suas posições sejam diferentes e conflitantes com os interesses dos professores ou da gestão escolar. Ou seja, é preciso criar as condições de interferência autônoma dos representantes dos estudantes nos conselhos, condenando, assim, quaisquer atitudes e práticas de ameaça ou perseguição aos membros dos conselhos por expressarem opiniões divergentes ao conjunto dos professores e membros da direção da escola”.

Portanto, cabe ao gestor da instituição de ensino criar um ambiente que seja receptivo aos diferentes posicionamentos que surgem nas reuniões do conselho escolar, extinguindo qualquer forma de intimidação ou influência de opiniões por parte da direção escolar.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para respondermos ao problema de pesquisa e atingirmos os objetivos esperados, foi realizada uma investigação de cunho qualitativo e de nível descritivo. Optou-se pela pesquisa descritiva que para Gil (1991) visa descrever características de determinada população ou fenômeno e relações entre as variáveis, que envolve uso de técnicas padronizadas de coletas de dados como questionário e observação sistemática. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como o principal instrumento. Segundo Bogdan e Biklen (1982), a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de através do trabalho intensivo de campo. A pesquisa qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Entre as várias formas que pode assumir uma pesquisa qualitativa, destacam-se a pesquisa do tipo etnográfico e o estudo de caso. Ambos vêm ganhando crescente aceitação na área de educação, devido principalmente ao seu potencial para estudar as questões relacionadas à escola. Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação. Por investigar um problema específico, esta pesquisa trata-se de um estudo de caso. Ao desenvolver o estudo de caso, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes. Com essa variedade de informações, oriunda de fontes variadas, ele poderá cruzar informações, confirmar ou rejeitar hipóteses, descobrir novos dados, afastar suposições ou levantar hipóteses alternativas.

Em consonância com a introdução e o problema apresentados, a área de estudo se deu no Centro de Ensino Médio 417 de Santa Maria, Distrito Federal. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário com doze questões, a pesquisa contou com a participação de 7 (sete) sujeitos que compõem o Conselho Escolar, tais como: professores, alunos, profissionais da educação da carreira assistência, direção e comunidade, constituindo dessa forma, o universo de pesquisa. Havia a necessidade

da participação de pelo menos um representante de cada segmento, porém isso não foi possível devido a ausência de representantes do segmentos pais/responsáveis. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: Análise bibliográfica para o marco teórico, análise documental, formulários de questionários e registro de observação. O objetivo da pesquisa foi analisar se a atuação do Conselho Escolar do CEM 417 tem sido eficaz para garantir a implementação do projeto político pedagógico. Para tal, também foi feita análise documental das atas de presenças e reuniões do Conselho.

Na primeira etapa da investigação, foram coletadas informações por meio de questionário para verificar por exemplo se havia e quais eram os principais fatores que interferiam na atuação representantes do Conselho Escolar. E também por meio das perguntas do questionário foi possível fazer o levantamento das principais ações do conselho escolar em prol do cumprimento do Projeto Político Pedagógico da escola. Por meio de registro de observações e das atas de reuniões do conselho escolar e dos questionários foram analisados também se as decisões tomadas pelo Conselho Escolar contavam de fato com a contribuição da comunidade escolar e se essas decisões eram amplamente discutidas e divulgadas.

Nesses procedimentos compreendeu-se profundamente o contexto das problemáticas do trabalho desenvolvido. Após a análise, discussão e sistematização dos dados as informações aqui obtidas foram apresentadas de maneira descritiva.

Nesta pesquisa traçou-se uma linha investigatória procurando tornar o resultado proveitoso para a comunidade inserida no processo, porém, não constam os nomes dos participantes por questões éticas.

4. ANÁLISE DE DADOS

A atuação dos Conselhos Escolares tem sido amplamente discutida atualmente, uma vez que os conselhos constituem-se como uma das principais instâncias colegiadas responsáveis pela promoção da gestão democrática no ambiente escolar. Buscando investigar como a atuação do conselho tem contribuído para garantir a implementação do Projeto Político Pedagógico serão trazidos alguns resultados obtidos na pesquisa de campo realizada no Centro de Ensino Médio 417 de Santa Maria.

4.1 Caracterização do Conselho Escolar no CEM 417 e Suas Ações

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 1996 – respalda a criação dos conselhos escolares e reforça a necessidade de constituição dos conselhos nas escolas. No seu art. 14 estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares equivalentes. a gestão democrática da escola deve considerar o princípio da “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. E no artigo 15, define que os sistemas devem assegurar às unidades escolares integrantes do sistema graus progressivos de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeiras observadas as normas do direito financeiro público. (BRASIL, 1996).

Os Conselhos devem ser compostos por representantes dos segmentos da escola democraticamente eleitos, tendo ele uma natureza essencialmente político-educativa, destacando-se as seguintes funções: deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras. Portanto, o Conselho Escolar constitui-se como meio importante de exercício da cidadania no controle social das atividades da escola, pode possibilitar maior distribuição do poder, bem como garantir o fortalecimento dos princípios democráticos por meio do convívio com a pluralidade que compõe o ambiente escolar.

Na análise do questionário aplicado no Centro de Ensino Médio 417 de Santa Maria, constata-se que o Conselho Escolar possui ao todo nove membros, dentre os

quais, sete membros de diferentes segmentos (Direção, professor, aluno e carreira assistência) responderam ao questionário. Não houve a participação de representantes do segmento pais ou responsáveis, apesar de terem sido convidados para participar do questionário, eles não foram encontrados para responder ao instrumento. Entretanto, ao ler as atas das reuniões feitas pelo conselho verifica-se que a participação de representantes deste segmento é frequente, evidenciando assim, o comprometimento frente ao conselho.

Ao serem questionados se conhecem as suas atribuições, todos os entrevistados responderam positivamente. É importante que os membros do conselho tenham conhecimento das suas atribuições, pois isso facilita e agiliza a sua atuação diante da comunidade escolar. E em relação a periodicidade das reuniões, os pesquisados responderam que elas acontecem regularmente a cada dois meses, mas eventualmente há a necessidade de se reunirem antes deste período para discutirem assuntos relevantes referentes à escola. Ao responderem à pergunta sobre as ações do conselho, percebe-se que a maioria dos participantes entende que as ações englobam os aspectos administrativo, pedagógico, participativo e democrático e abrangem as diferentes funções do conselho (deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras). Veja o que alguns deles dizem sobre as principais ações desempenhadas pelo conselho nesta escola:

Fiscalização das contas, principalmente.(sujeito A e sujeito D)

Definição de aplicação das verbas da instituição, participação na elaboração do PPP, implementação do PPP na instituição escolar, definição das prioridades da escola, fiscalização.(sujeito B)

Definir as prioridades, fiscalizar, elaboração do PPP. (Sujeito E)

Saber onde estão sendo aplicadas os recursos destinados para a escola.(sujeito G)

Percebe-se que as principais atividades desempenhadas pelo conselho corroboram os princípios da gestão democrática descritos na lei número 4751/2012, que trata do Sistema de Ensino e da gestão democrática da Rede Pública de Ensino do

Distrito Federal, conforme disposto no art. 206, VI, da Constituição Federal, no art. 222 da Lei Orgânica do Distrito Federal e nos arts. 3º e 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, como por exemplo: a participação da comunidade escolar, a transparência da gestão, a democratização das relações pedagógicas, etc. Fato este que é reforçado pelos participantes ao responderem sobre as principais ações do conselho escolar em prol do cumprimento do Projeto Político Pedagógico da escola. Dentre as respostas foram citadas pelo participantes do questionário: Implementação do Projeto Político Pedagógico, fiscalização das ações e das compras, incentivo para a participação na construção do PPP, socialização das medidas tomadas, promoção de debates para a tomada de decisões. Veja algumas considerações:

O conselho escolar fiscaliza e implementa novas ações e projetos e sugere mudanças na área pedagógica.(sujeito A)

A escola (conselho escolar) fez um questionário sociocultural para ajudar na construção do PPP.(sujeito D)

O conselho contribui na Montagem (elaboração), fiscalização dos projetos e contribui para aumentar o aproveitamento escolar dos alunos.(sujeito E)

O conselho é atuante na promoção da tomada de decisões de forma democrática antes de eleger os projetos e antes de fazer as compras... (sujeito G)

Para ratificar a atuação do conselho junto à construção do PPP do CEM 417, perguntou-se aos participantes se houve a participação do Conselho Escolar no cumprimento dos objetivos do Projeto Político Pedagógico. Houve unanimidade em afirmar que o conselho escolar participou do cumprimento dos objetivos do Projeto Político Pedagógico, o que demonstra que o conselho cumpre o seu papel de se organizar para fiscalizá-lo e quando necessário, redefinir práticas pedagógicas com o objetivo de superar a fragmentação do trabalho escolar e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente garantam a todos os alunos a aprendizagem.

Portanto, é importante considerar que o Projeto Político-Pedagógico é um instrumento deflagrado como proposta do poder público e de luta de educadores que

visa direcionar e ajudar na resolução de situações-problemas que a escola enfrenta em seu cotidiano. Ao ser instituído na Lei 9394/96, o PPP é regulamentado como princípio de gestão democrática das escolas públicas e direcionamento da organização do trabalho no que diz respeito ao rumo e a construção identitária da escola enquanto espaço político e social. Neste sentido, o conselho escolar é responsável por criar formas para envolver e garantir a sua participação no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação do PPP. E é por meio dessas ações em prol do cumprimento do PPP que o conselho escolar vai contribuir para transformar a realidade da escola e garantir a participação efetiva da comunidade escolar no processo de construção e efetivação do Projeto.

4.2 O Conselho Escolar e a Gestão Democrática (Participação da comunidade escolar)

Uma das principais formas de garantir a efetiva implementação do Projeto Político Pedagógico é incentivar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. A participação é condição para a gestão democrática: uma não existe sem a outra. Participar significa todos contribuírem, com igualdade de oportunidades, para algo que pertence a todos: a escola pública.

A participação não diz respeito apenas à comunidade interna, mas também à comunidade externa a qual a escola serve. Gestão Democrática foi um dos princípios estabelecidos para a Educação Brasileira pela Constituição Federal/88 no artigo 214. Dalberio (2006) defende que “a democracia escolar só se tornará efetiva a partir de um processo de gestão democrática”, a qual é entendida “como uma das formas de superação do caráter centralizador, hierárquico e autoritário que a escola vem assumindo ao longo dos anos...”, conforme afirma o autor Antunes (2002:131).

Convidar membros da comunidade escolar para esclarecimentos em matérias de sua competência é uma das funções do Conselho, que garantem a gestão democrática e a participação efetiva da comunidade. Em resposta à pergunta sobre as estratégias que o Conselho Escolar usa para interagir com a comunidade escolar, os participantes (sujeitos A, B, C e F) explicitaram que as reuniões realizadas com a

comunidade escolar são a principal estratégia usada para ouvir a comunidade escolar. De acordo com os integrantes entrevistados, as reuniões são realizadas com frequência com o objetivo de interagir com a comunidade e incentivar a participação colaborativa de todos. Este tipo de relação promove uma rede de relações envolvendo diversos profissionais da escola. A participação efetiva e entrelaçada, em função da análise direta de questões vividas cotidianamente pelos diferentes profissionais na sala de aula e na escola, propicia o desenvolvimento do processo educativo de reflexão e discussão coletiva sobre o fazer da escola como um todo.

Neste mesmo sentido, considerando que a interação com a comunidade escolar é muito importante para o desenvolvimento das atividades escolares com um todo, o conselho também utiliza meios para incentivar a sua participação nas reuniões. Respondendo à pergunta do questionário sobre as estratégias utilizadas pela direção da unidade escolar e do Conselho Escolar para motivar a participação da comunidade escolar nas reuniões do conselho, os pesquisados explicitaram que se utilizam das seguintes estratégias: Convocação e incentivo para participar das reuniões, divulgação das melhorias da escola, esclarecimento sobre o que é o Conselho e quais são as suas atribuições, motivação para a comunidade se tornar mais atuante nos assuntos referentes à escola, conforme exposto em suas respostas:

Convocação, alegando motivos relevantes para a vida escolar do aluno, e a questão das notas. (Sujeito A)

Uma das estratégias é tornar o conselho atuante. (Sujeito B)

Divulgando as bem-feitorias na escola. (Sujeito C)

Motivação para melhorar a escola e ser mais cidadão. (Sujeito E)

Como já foi apresentado na fundamentação teórica, a respeito da participação no conselho escolar, Marques (2007, p. 95) diz que:

O conselho escolar constitui-se em uma instância deliberativa nas unidades escolares, sendo um local dos debates e tomadas de decisões. É formada pelos representantes dos diferentes

segmentos que compõem a comunidade escolar, constituindo-se, assim, no órgão máximo de decisões da escola, possibilitando a delegação de responsabilidade e o envolvimento dos participantes na sua gestão, sendo, portanto, um elemento fundamental na construção de uma escola democrática.

A autora deixa claro que os conselhos escolares são formados pelos diferentes segmentos e que requer o envolvimento de todos os participantes. Assim, a partir do que foi dito, não só o gestor, professores e funcionários compõem esses conselhos escolares, mas a comunidade também tem seu espaço de participação. A lei 4.751/2012, em seu artigo 9º, ressalta que a gestão democrática será efetivada por intermédio dos seguintes mecanismos de participação: Conferência Distrital de Educação, Fórum Distrital de Educação, Conselho de Educação do Distrito Federal, Assembleia escolar, Conselho escolar, Conselho de classe e grêmio estudantil.

4.3 O Conselho Escolar e a Tomada de Decisões

A respeito da tomada de decisões dos conselhos escolares, quanto ao atendimento das necessidades da escola e sua efetivação, percebe-se, a partir da fala dos representantes dos segmentos do conselho que participaram do questionário, que as decisões tomadas nas reuniões do conselho em conjunto correspondem às necessidades da escola e são precedidas por debates, conforme ilustram os fragmentos abaixo:

Sim, ocorrem reuniões com assuntos pautados pela direção. (Sujeito A)

Acontece reunião com todos os membros do conselho (Sujeito C)

O conselho se reúne para tratar da viabilidade de projetos extraclasse, os quais envolvem outras instituições e entidades sociais. (Sujeito E)

Nas reuniões, cada membro do conselho, vai dando sugestões e opinião para depois entrarmos num consenso (Sujeito G)

O estabelecimento de um debate prévio para a tomada de decisões referentes aos assuntos da escola é explícito na resposta dos membros do conselho, os quais alegam haver a troca de opiniões em reuniões para este fim. Neste momento, é importante que o conselho esteja bem articulado e atuante para torna fácil o exercício de uma gestão democrática, pois as decisões representam a participação de diferentes segmentos do conselho e auxiliam dessa forma o gestor nos assuntos administrativos e pedagógicos.

Entretanto, mesmo havendo o debate, em resposta a outra pergunta sobre os fatores que interferem na atuação dos representantes do Conselho Escolar, alguns dos pesquisados apontaram como sendo uma das principais dificuldades apontadas pelos integrantes do Conselho Escolar, a influência do corpo gestor na tomada de decisão, conforme os seguintes relatos:

Uma dificuldade que vejo é a influência direta da direção na decisão das propostas. (Sujeito A)

Quando acontecem as reuniões, percebo que às vezes parece que a direção quer que a gente vote pra ajudá-los... (Sujeito E)

Pelo que foi dito pelos representantes do conselho escolar, percebe-se que a participação ainda não corresponde ao que se espera em uma gestão democrática. As decisões devem ser discutidas e analisadas com todos os segmentos e se isso não vem acontecendo, mostra que muitas vezes o gestor traz a decisão já elaborada e informa aos participantes e eles só dizem se devem ou não ser executadas. Num contexto geral, ainda existem muitos obstáculos que se contrapõem à participação coletiva exigida na democracia. Paro (2005, p.19) afirma que “uma sociedade autoritária, com tradição autoritária, com organização autoritária e, não por acaso, articulados com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposta à democracia.”

Outro aspecto investigado sobre a tomada de decisões pelo Conselho Escolar foi a maneira como elas são divulgadas para a comunidade escolar. De acordo com as respostas dos membros participantes do questionário, a forma mais usada para

divulgar as decisões do conselho e informes sobre os assuntos gerais da escola é por meio de cartazes espalhados pelos murais da escola, certos de que é um hábito da comunidade escolar, se atentar para as informações dos murais. Costuma-se também avisar em sala de aula para os alunos. Ressalta-se que não há uma ferramenta virtual como site ou blog para que as decisões e informações sobre o conselho possam ser divulgadas. Na era tecnológica em que vivemos, isso seria muito eficaz e poderia contemplar grande parte da comunidade escolar, se não toda.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa objetivou investigar como a atuação do conselho tem contribuído para garantir a implementação do Projeto Político Pedagógico no Centro de Ensino Médio 417 de Santa Maria, para isso fez-se necessário caracterizar o Conselho Escolar atuante nesta escola. Ao fazer esta discussão, constatou-se que este conselho possui a representatividade de todos os segmentos (gestor, professores, alunos, funcionários, representante da comunidade e pais/responsáveis), o que faz dele um importante instrumento para que a democratização e a descentralização da gestão da escola aconteça.

A respeito de suas atribuições e ações, observou-se a partir das respostas dos pesquisados que esta instância colegiada apresenta as funções consultiva, deliberativa e a fiscalizadora, estabelecidas nas resoluções de questões pedagógicas, administrativa e financeira dentro das discussões do âmbito escolar. Foi importante perceber que o conselho participou e participa efetivamente da construção e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola e que seus membros usam de diferentes estratégias para incentivar a participação da comunidade de promover um espaço de interação para o exercício da gestão democrática respaldada por exemplo, pela Lei de Diretrizes e bases da Educação e pela Lei 4.571/2012, dentre outras normatizações legais.

Entende-se que, o conselho escolar é o caminho para democratizar a gestão através da participação e também principalmente para garantir a implementação do PPP, uma vez que ele norteia as atividades desenvolvidas pela escola como um todo e promove mudanças político-pedagógicas, portanto, pressupõe uma construção coletiva e participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares.

Com base nos estudos de Dalbério (2006), Paro (2005) e Veiga (2001) sobre gestão democrática, reafirmou-se a necessidade de empoderar o conselho escolar dando a ele autonomia para tomar decisões, discutir, refletir, pensar e encontrar soluções e intervenções para as necessidades da escola. Os participantes da pesquisa afirmaram que o conselho utiliza estratégias para incentivar a participação de todos que

o compõe e dos segmentos que representa, convidando a comunidade escolar para um debate que busque a melhoria da escola, nos aspectos pedagógicos e estruturais através das decisões acertadas em conjunto e divulgando as ações do conselho para a escola. Na tomada de decisões, é preciso que se respeite as necessidades da comunidade e que o conselho represente de fato os seus anseios. Os pesquisados afirmaram que as decisões tomadas pelo conselho escolar são divulgadas para que a comunidade como uma forma de mostrar transparência e explicitar sua atuação. Percebeu-se que a realização de reuniões se faz necessária para afinar o discurso entre os representantes do conselho e minimizar as dificuldades que venham ocorrer em relação a gestão e que possa ser um entrave no processo de democratização escolar, como foi relatado pelos participantes da pesquisa.

Esta pesquisa poderá contribuir com os demais estudos sobre a atuação dos segmentos no conselho escolar para garantir a efetivação do Projeto Político Pedagógico nas escolas e possibilitar a todos uma aproximação com conceitos, procedimentos, questionamentos e inquietações ligadas a essa temática de forma a viabilizar formulação e solução de problemas, discussão, compartilhamento e colaboração mútua de saberes.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. (2002): “Aceita um conselho? – como organizar o Colegiado Escolar”, in: Guia da Escola Cidadã, vol. 8. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.

ARAUJO, Adilson César. In Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 253-266, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

(BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB, CEAD, 2004 vol. 5. p. 25).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília, 1996.

BRASÍLIA. Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a gestão democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. In: BRASÍLIA. Diário Oficial do Distrito Federal nº 29 de 8 de fev. 2012. Brasília: DODF, 2012.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. Qualitative Research for Education. Boston, Allyn and Bacon, Inc., 1982

DALBERIO, M. C. B., e PARONETO, G. M. (2006): “Projeto Político-Pedagógico frente à gestão escolar”, in: RODRIGUES, A., e SANTOS, F. R. (Org.): Pedagogia, vol. IV, etapa I, tomo I, pp. 23-40. Uberaba: UNIUBE.

DALBEN, A. I. L.F. (2004) Conselhos de classe e avaliação – perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas. Papirus.

FREIRE, P. (2003): Política e educação: ensayos, 7.^a ed. São Paulo: Cortez.

FOUCAULT, M. (2007): Microfísica do Poder, 23.^a ed. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições

GALINA, Irene de Fátima. Gestão democrática e Instâncias colegiadas. In: CARVALHO, Elma Júlia (org). Caderno Temático - Gestão Escolar. Material pedagógico produzido no PDE. Maringá, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

MARQUES, L. R. Trajetória de Implantação dos Conselhos Escolares no Brasil. In: BOTLER. A. H. (org.) Organização, financiamento e gestão escolar: subsídios para formação do professor. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2007.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3ª ed. São Paulo. Editora Ática, 2005.

SEEDF, Projeto Político e Pedagógico (PPP), Triênio 2013/2014/2015.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, I. P. A., e RESENDE, L. M. G. de (2001): Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico. 5.ª ed. Campinas, SP: Papirus.

WERLE, Flávia Obino correia. Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

7. APÊNDICE



Prezado(a),

O presente instrumento foi produzido com intuito de coletar dados para a elaboração do projeto de pesquisa, cujo objetivo é verificar se a participação dos segmentos (pais, professores, alunos, funcionários, direção e comunidade) no Conselho Escolar tem sido eficaz para cumprir a função do Conselho no processo de gestão democrática e garantir a efetivação do Projeto Político Pedagógico no CEM 417.

É importante que você responda de forma sincera. Sua privacidade será assegurada.

Desde já agradeço a sua participação!

- 1) Qual é o segmento que você representa? _____
- 2) Você conhece suas atribuições?
☐ sim
☐ não
- 3) As reuniões do Conselho Escolar acontecem com qual frequência?
☐ semanalmente
☐ quinzenalmente
☐ Mensalmente
☐ bimestralmente
☐ semestralmente
☐ Não ocorrem reuniões
- 4) Quais são as principais ações desempenhadas pelo conselho escolar na escola que você participa ?

- 5) Na sua opinião, há fatores que interferem na atuação dos representantes do Conselho Escolar. Em caso positivo, quais são eles?
- 6) Quais as estratégias que o conselho escolar usa para interagir com a comunidade escolar?
- 7) As decisões tomadas pelo conselho escolar são precedidas por debates? Explique.
- 8) Como as decisões tomadas pelo Conselho Escolar são divulgadas para a comunidade escolar?
- 9) Houve a participação do Conselho Escolar no cumprimento dos objetivos do Projeto Político Pedagógico?
- 10) Recentemente houve melhorias na escola? Caso positivo, houve participação da comunidade para a conquista dessas melhorias? Explique.
- 11) Quais são as principais ações do conselho escolar em prol do cumprimento do Projeto Político Pedagógico da escola?
- 12) Quais as estratégias utilizadas pela direção da unidade escolar e do Conselho Escolar para motivar a participação da comunidade escolar nas reuniões do conselho?